

poder

Da terra e do céu

Permissão do Supremo para polícia fechar delação trará novas confusões

Janio de Freitas

Jornalista e membro do Conselho Editorial da Folha

Parte do mundo, parece, aprendeu alguma coisa com o passado. A política de tirar crianças dos seus pais não suscitou reação alguma, nem mesmo no Vaticano dos Pios 11 e 12, quando iniciada na Alemanha dos anos 1930. Logo pôde espalhar-se pela Europa, seguindo o horror das invasões nazistas. Os 2.300 casos de separação de pais e filhos, nos 40 dias da ordem de Donald Trump, submeteram esse algoz a reações internacio-

nais que o obrigaram a apressado recuo.

O Brasil nada aprendeu — como sempre. Não se integrou ao grupo de países que pediram à Comissão Interamericana de Direitos Humanos providências para sustar a ação contra crianças e famílias imigrantes ilegais. Meia dúzia de palavras sem sal, a título de desaprovação, bastaram ao governo brasileiro. Como reforço da evidência, os governistas Marco Feliciano (Podemos-

SP) e Ezequiel Teixeira (Podemos-RJ) neutralizaram a proposta, de Chico Alencar (PSOL-RJ), de repúdio da Câmara à violação de direitos humanos por Trump.

É muito informativo, em vários sentidos, que 55% dos republicanos aprovem a separação violenta das famílias, contra menos de 10% dos democratas. Mas a crítica interna na mais contundente de uma republicana celebre, Laura Bush, mulher do ex-presidente. Tirar

crianças dos pais e “trancá-las em jaulas” equivale, a seu ver, à prisão dos nipo-americanos em campos de concentração nos Estados Unidos durante a Segunda Guerra.

Entende-se agora que Trump, pouco antes que o engaiolamento de crianças chegasse ao público, tenha levado os Estados Unidos a repentinamente abandonar o Conselho de Direitos Humanos da ONU. Outro caso em que o governo deixou o Brasil na alienação.

Direitos humanos por aqui não vão melhor. Os índios que o digam. As crianças expostas aos tiroteios nem podem dizê-lo, morrendo agora por tiros do céu, bem apontados, não mais por balas a esmo. Casos que ganham atenção por alguns dias, para logo sucumbir à apatia ou ao assassinato seguinte. É necessário não faltar, no entanto, com o reconhecimento de que a recusa a barrar refugiados venezuelanos, na fronteira amazônica, é decisão sensata.

O mesmo não pode ser dito do modo como o Supremo autorizou a Polícia Federal a também negociar delação premiada. Foi o preparo de mais confusões. Um exemplo já pronto é o de Antônio Palocci. Sem conseguir, ou em 2013. Pronto, já para o arquivado. E viva a pureza do PSDB.

Federal, que fechou negócios. Há, então, um processo que se encaminha para condenação pesada, por falta de delação premiada, e outro com acordo para minimização ou extinção da pena. O Supremo não previu tal situação nem, portanto, qual prevaleceria quando haja sentenças contraditórias.

Em São Paulo são mais cuidadosos. A rouboalheira na construção de uma linha do metrô (entre várias, linhas e rouboalheiras), datando de 2005, só teve denúncia judicial do Ministério Público do Estado em 2014. Isso mesmo: a denúncia, para julgamento, foi feita um ano depois da prescrição do processo, ocorrida oito anos depois do fato gerador, ou em 2013. Pronto, já para o arquivado. E viva a pureza do PSDB.

D S T Q W S S Elio Gaspari, Janio de Freitas | Celso Rocha de Barros | Joel Pinheiro da Fonseca | Elio Gaspari | Janio de Freitas | Reinaldo Azevedo | Demétrio Magnoli

Assessor de Temer tenta explorar minério raro em terra indígena

Empresa ligada a ex-deputado do PSDB busca aval de índios para atuar em áreas isoladas do Amazonas

Fabiano Maisonave

TERRA INDÍGENA ALTO RIO NEGRO (AM) Uma empresa vinculada a Elton Rohnelt (PSDB), assessor do presidente Michel Temer (MDB), vem tentando convencer comunidades indígenas a praticar mineração na remota fronteira do Brasil com a Colômbia. As investidas incluem doações de barco e outros equipamentos, pagamento por amostra de minério e promessas de esta básica.

A Constituição prevê mineração em terras indígenas, mas só após regulamentação específica pelo Congresso, ainda inexistente, e consulta a etnias afetadas. Rohnelt, no entanto, alega que há uma brecha. Junto com o seu sócio majoritário, o empresário paulista Otávio Lacombe, eles afirmam que o Estatuto do Índio, de 1973, permite que os indígenas façam garimpo rudimentar (fiscalização e cata).

Em reuniões que ocorrem desde 2016 em algumas comunidades da etnia baniuwa, Lacombe explica esse caminho jurídico, além de incentivar e assessorar a criação de cooperativas indígenas — ele traz até o estatuto já pronto.

O objetivo inicial é a extração de tantalita. A produção seria vendida à Gold Amazon, fundada nos anos 1980 por Rohnelt, ex-dono de garimpo e ex-deputado federal por Roraima. Recentemente, ele vendeu 90% da mineradora para Lacombe e colocou 10% em nome de sua filha Carolina.

Relativamente rara, a tantalita é usada na indústria eletrônica e tem demanda crescente por causa dos smartphones. O mineral tem sido alvo de contrabando — neste ano, a PF abriu dois inquéritos no Amazonas e auxiliou a PM do Amapá a apreender 1,3 tonelada do mineral.

O foco dos empresários é a bacia do rio Içana, na Terra Indígena Alto Rio Negro, habitada pela etnia baniuwa. A principal comunidade, Tunui Cachoeira, está a 250 km por rio de São Gabriel da Cachoeira (AM).

Uma das comunidades mais assediadas é a Nazaré, que se dividiu entre aceitar ou não a proposta dos empresários. Ali, Lacombe já entregou uma lan-

putador, além do patrocínio de um torneio de futebol.

Com o título de “melhorias já feitas”, as doações foram enumeradas sobre uma lousa pelo próprio Lacombe, registrada em foto feita por um baniuwa contrário ao projeto e obtida pela reportagem. A soma chega a R\$ 27,250.

O empresário também listou R\$ 7.000 ao lado da palavra “titânio”. O pagamento, entregue a uma liderança da comunidade, ocorre em troca de amostras desse mineral, embora empresas privadas sejam proibidas de fazer pesquisa minerária dentro de terras indígenas.

Nessa comunidade, já há centenas de quilos de tantalita armazenados — a mineração é pouco profunda e o pagamento é pouco profundo. Ao menos outras quatro comunidades baniuwas do Içana teriam aderido à proposta. Ao todo, a etnia de 4.400 pessoas tem 93 comunidades.

Em entrevista por telefone, Lacombe admitiu a tantalita armazenada, as doações e o pagamento pela amostra de titânio, que, segundo ele, foi de até 200 gramas. O objetivo, diz, é ajudar os índios, que “são abandonados, largados” pela Funai (Fundação Nacional do Índio).

“Índio não paga imposto, vive do Bolsa Família. Isso me comove muito. Eu sou brasileiro, eu quero ajudá-los dentro do que é possível e do que a lei vai me permitir”.

A Gold Amazon sofre reprovação de outras comunidades, como a Canadá, no rio Aiari, onde Lacombe esteve em outubro após apresentar uma carta-convide com assinatura falsificada da principal liderança local.

Na tentativa de convencer a comunidade, ele prometeu

cestas básicas como parte do pagamento e disse contar com o respaldo da Funai e do general Omar Zending, comandante da 2ª Brigada de Infantaria de Selva, que estaria “apoiando esse projeto”.

Procuradas, a fundação e o Exército negam qualquer relação com o empresário. “A entrada tem sido por meio deliciamento e cooptação”, diz o coordenador regional da Funai, Domingos Barreto, da etnia tucano.

Em documento dois meses depois da visita, a Associação das Comunidades Indígenas do Rio Aiari, onde se localiza a comunidade Canadá, acusou Lacombe de cooptação.

A estratégia de procurar diretamente as comunidades é criticada pela Foirn (Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro), a principal entidade da região, que denunciou o caso ao Ministério Público Federal.

O diretor Isaias Fontes, da etnia baniuwa, diz que Lacombe repete a atuação do pai, Octávio Lacombe, que explorava ouro na mesma região no ano 1980. “A riqueza foi saqueada pelos empresários, e as comunidades ficaram na mesma situação. Após décadas, volta essa ladainha”, diz.

Além da Gold Amazon, Lacombe comprou o controle acionário de outras duas mineradoras fundadas por Rohnelt. Somadas, têm 95 requerimentos de pesquisa na região expedidos antes da Constituição de 1988, e da homologação da Terra Indígena Alto Rio Negro, dez anos mais tarde.

Um delas, a Edgar Rohnelt (homenagem ao pai de Elton), tem requerimentos de pesquisa ao longo do rio Içana. A terceira mineradora é a Sergam.

A confirmação desses requerimentos, porém, depende de regulamentação. No projeto de lei mais conhecido, o 1.610/96, de autoria do senador Romero Jucá (MDB-RR) — e relatado por Rohnelt quando era deputado —, todos esses processos serão considerados prioritários.

Em reunião na comunidade Nazaré em 2016, Lacombe deu como certo esse cenário, segundo transcrição obtida pela Folha: “O direito prioritário do meu requerimento eu não vou perder”.

Há cerca de um ano, Lacom-



Comunidade no rio Içana, na Terra Indígena Alto Rio Negro (AM), onde ex-deputado tenta explorar minério

Assessor de Temer tenta explorar minério em terra indígena do Amazonas

■ Terra indígena Alto Rio Negro ■ Comunidades da etnia baniuwa assediadas por empresa ligada a assessor de Temer



Terra Indígena Alto Rio Negro

Área: 7.999.381 hectares

População total: 17.406

População da etnia baniuwa: 4.411

95 requerimentos de pesquisa em nome de empresas fundadas por Elton Rohnelt

Potencial mineral: ouro, tantalita, nióbio, titânio e columbita, entre outros

Fontes: Funai, Censo do Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) do Alto Rio Negro, e ISA (Instituto Socioambiental)

Intenção do titular requerente em conhecer a área e eventualmente pedir o direito de lavra. Trata-se expectativa de direito, caso o governo outorgue o título mineral. Esses processos dependem da regulamentação, pelo Congresso, da mineração em terras indígenas

be e Rohnelt se reuniram com o procurador da República Fernando Soave em Manaus para falar do projeto, acompanhados de três baniuwas.

No encontro, realizado a pedido dos empresários, Rohnelt se apresentou como assessor de Temer, mas afirmou que estava ali “sob interesse particular”. Participou também o advogado Gabriel Lacombe, primo de Otávio e membro do escritório de advocacia do ex-ministro do STF Sepúlveda Pertence.

Procurado pela reportagem, Soave afirmou que, no momento, nenhum tipo de exploração mineral em terras indígenas tem base legal no Brasil, incluindo o modelo de apresentado pela Gold Amazon.

Ex-deputado diz que mineração ajudará as comunidades

Deputado federal por dois mandatos, Elton Rohnelt, 77, diz que está apenas orientando o empresário Otávio Lacombe por causa da experiência na região, onde explorava ouro na década de 1980.

“Tudo é com Otávio. Apenas dou a assessoria pela experiência que eu tenho”, disse Rohnelt, à Folha por telefone.

Ele diz ser considerado “uma pessoa querida” pelos índios e afirma que a mineração ajudará as comunidades a sair da miséria. “Está todo dia morrendo alguém. Não tem nada, absolutamente nada. O título da reportagem deveria ser este: sentados com a bunda no minério e estão morrendo de fome”.

Em abril, a reportagem visitou comunidades da etnia baniuwa, alvo da ação de Rohnelt e Lacombe, e não constatou nenhum indicio de fome, mas ouviu reclamações sobre o atendimento de saúde e o acesso à educação.

Para Rohnelt, o desenvolvimento socioeconômico dos povos indígenas “não só estagnou como retrocedeu”. “Esse é o momento de mudar o jogo.” Gaticho, o assessor de Temer fez fortuna garimpando ouro na região Norte nos anos 1970 e 1980, principalmente na fronteira, onde agora busca explorar tantalita em associação com Lacombe.

“Fui pro rio Içana com 200 pessoas, dois helicópteros e três aviões. Foi fazer pesquisa em todo o rio”, afirma. “Tinha uma estrutura maior do que a do Exército da época.” Em parceria com Octávio Lacombe, pai de Otávio, Rohnelt diz ter gasto na época US\$ 6 milhões para construir uma pista de pouso, hoje incorporada por um pelotão de fronteira do Exército.

Em Roraima, tinha o apelido de “homem do revólver de ouro” — a arma acabou apreendida por ser de uso exclusivo das Forças Armadas.